

**HABEAS CORPUS Nº 500.240 - RJ (2019/0082385-4)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MARIANGELA BENEDETTO GIUSTI - RJ165552**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : SERGIO SILVA NETO (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de SERGIO SILVA NETO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro assim ementado (fl. 70):

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. RECURSO DEFENSIVO CONTRA DECISÃO DA VEP QUE indeferiu a saída na modalidade de visitação periódica ao lar (VPL). Apenado que cumpre pena total de 23 anos de reclusão pela prática de crimes de latrocínio, corrupção de menores e por ocultação de cadáver, com pena restante de 12 anos. 11 meses e 15 dias. Agravante ficou evadido por quase 06 meses, oportunidade em que foi recapturado, ingressando no regime semiaberto recentemente (13/03/2017). Cálculo de pena unificada que aponta a longínqua data de 23.12.2030 para o término da reprimenda. O prazo para a obtenção do livramento condicional é somente em 22.08.2022. sendo certo que o apenado obteve progressão de regime para o semiaberto em março de 2017, com previsão para alcance de regime aberto em 29/06/2019. A concessão da saída temporária se mostra, ao menos por ora, prematura, uma vez que tais benefícios têm por objetivo a readaptação e reinserção do recluso na sociedade, revelando-se um processo paulatino na capacitação do preso para a convivência social. Além disso, o fato de o apenado ter progredido para o regime semiaberto não lhe assegura o direito à visitação periódica ao lar. Decisão hostilizada que guarda consonância do que vêm decidindo as cortes superiores Precedentes. Inteligência do art. 123 da LEP. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções indeferiu o pedido de saída temporária na modalidade de visitação periódica ao lar (VPL).

A defesa interpôs agravo em execução, que foi improvido.

Daí o presente *writ*, em que a impetrante sustenta, em síntese, que não tem previsão legal a exigência, fixada pelo Tribunal de Justiça, de maior tempo de cumprimento de pena para a concessão de visita periódica ao lar, estando o paciente, portanto, sendo submetido a constrangimento ilegal.

Requer o reconhecimento do direito do paciente à visita periódica ao lar.

Sem pedido liminar.

As informações foram prestadas (fls. 84/100).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo não conhecimento da impetração (fls. 131/136).

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, insurge-se a defesa em face da decisão que indeferiu ao apenado o benefício de visitação periódica ao lar.

O acórdão do Tribunal *a quo* foi assim fundamentado (fls. 72/73):

[...]

Em que pesem os argumentos sustentados pela defesa, razão não lhe assiste. Como cediço, a execução penal objetiva efetivar as disposições da sentença e proporcionar condições para reinserção social do apenado.

Os benefícios de visita periódica ao lar e trabalho extra muros destinam-se aos penitentes cujas penas estejam próximas do seu cumprimento total, de modo a facilitar a reintegração à sociedade e a reinserção ao convívio familiar, o que, aliás, deve ser efetuado de forma gradual.

Destarte, tais benefícios não constituem um direito absoluto do apenado, sendo necessário o preenchimento dos requisitos subjetivos, não se podendo concedê-los de forma indiscriminada.

No caso em espécie, conforme informações do Juízo da Execução, o apenado cumpre pena total de 23 anos de reclusão pela prática de crimes de latrocínio, corrupção de menores e por ocultação de cadáver, com pena restante de 12 anos, 11 meses e 15 dias.

**Outrossim, destacou que o apenado ficou evadido por quase 06 meses, oportunidade em que foi recapturado, salientando, ainda, que ingressou no regime semiaberto recentemente (13/03/2017).**

**Consoante o atestado de pena, o cálculo de unificação aponta a longínqua data de 23.12.2030 para o término da reprimenda. O prazo para a obtenção do livramento condicional é somente em 22.08.2022, sendo certo que o apenado obteve progressão de regime para o semiaberto em março de 2017, com previsão para alcance de regime aberto em 29/06/2019**

**Malgrado tenha sido concedida a progressão de regime fechado para o semiaberto, a concessão da saída temporária se mostra, ao menos por ora, prematura, uma vez que tais benefícios têm por objetivo a readaptação e reinserção do recluso na sociedade, revelando-se um processo paulatino na capacitação do preso para a convivência social.**

Em consonância com o próprio sistema progressivo da pena, a submissão do apenado a situação mais benéfica, com maior liberdade e contato com a família e sociedade devem ocorrer de forma gradativa, para que ele vá se adaptando à nova realidade.

Com efeito, as saídas temporárias podem ser concedidas aos apenados em regime semiaberto, desde que configuradas as condições específicas previstas na legislação vigente, de ordem subjetiva e objetiva, que devem ser sopesadas pelo Juízo da Execução, levando-se em conta igualmente a gravidade dos delitos praticados e a pena restante a ser cumprida. Deve haver compatibilidade do benefício com os objetivos da pena, na forma do

art. 123, III da LEI 7.210/84.

**Além disso, o fato de o apenado ter progredido para o regime semiaberto não lhe assegura o direito à visitação periódica ao lar.**

Constata-se que foi indeferido o pedido de visitação periódica ao lar, com fulcro no art. 123, III, da Lei de Execução Penal, sob o fundamento de que o referido benefício não se mostrava compatível com os objetivos da pena, ao menos naquele momento. Ressaltou-se que o paciente obteve a progressão para o regime semiaberto recentemente e que o prazo para que o apenado possa pleitear o livramento condicional está razoavelmente distante, em 22/8/2022, uma vez que a data prevista para o término do cumprimento da pena, com a unificação, é 23/12/2030, embora esteja próxima a data para o alcance do regime aberto (29/6/2019).

Ademais, destacou-se que *o apenado ficou evadido por quase 06 meses, oportunidade em que foi recapturado, salientando, ainda, que ingressou no regime semiaberto recentemente (13/03/2017) [fl. 72].*

No caso vertente, a despeito das relevantes alegações aventadas pela impetrante, observa-se que os fundamentos das instâncias ordinárias não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, mormente quando ressaltam que a autorização de saída temporária seria, na hipótese, prematura diante das peculiaridades do caso concreto acima explicitadas, **em especial o recente ingresso do paciente no regime semiaberto após 6 meses de fuga.**

Realça a impetrante que o paciente obteve a progressão para o regime semiaberto em 13/3/2017. Ocorre que, consoante precedentes deste Superior Tribunal de Justiça, a progressão ao regime semiaberto *não assegura automaticamente a obtenção do benefício da visita periódica ao lar* (HC 295.075/RJ, Sexta Turma, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, DJe de 10/10/2014). A propósito, os seguintes precedentes:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. VISITAS PERIÓDICAS AO LAR. BENEFÍCIO NEGADO. DECISÃO FUNDAMENTADA. MATÉRIA DE PROVA. DESCONSTITUIÇÃO POR MEIO DO WRIT. IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acompanhando a orientação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, firmou-se no sentido de que o habeas corpus não pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, sob pena de desvirtuar a finalidade dessa garantia constitucional, insculpida no art. 5º, LXVIII, exceto quando a ilegalidade apontada for flagrante e estiver influenciando na liberdade de locomoção do indivíduo.

**2. Pedido de autorização de visitas periódicas negado pela instância ordinária, amparado em elementos concretamente aferidos quanto à**

**conduta do paciente, nos termos do art. 123, III, da Lei nº 7.210/1984, por mostrar-se incompatível, no momento, com os objetivos da pena, levando-se em conta a recente progressão do reeducando para o regime semiaberto.**

3. A via eleita não admite a dilação probatória necessária para desconstituir o entendimento do Tribunal de origem sobre o não preenchimento do requisito subjetivo pelo apenado e a incompatibilidade do benefício requerido com os objetivos da pena. Precedentes.

4. *Habeas corpus não conhecido.* (HC 298.676/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 02/10/2014, DJe 09/10/2014), com destaques.

PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. REMÉDIO CONSTITUCIONAL SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO. VISITA PERIÓDICA AO LAR. SAÍDA TEMPORÁRIA. PROGRESSÃO PARA O REGIME SEMIABERTO. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DOS ARTIGOS 122 E 123 DA LEI N.º 7.210/84. ANÁLISE FUNDAMENTADA PELO JUÍZO A QUO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. [...]

3. **Segundo a iterativa jurisprudência desta Corte, a progressão para o regime semiaberto não assegura automaticamente a obtenção do benefício da visita periódica ao lar.**

4. **No caso, a decisão do Juízo das Execuções está suficientemente motivada, pois se entendeu, com base nos elementos contidos nos autos, ser prematuro o deferimento da benesse. Não se verificou a presença do requisito subjetivo, em especial, no que diz respeito ao previsto no inciso III do art. 123 da Lei n. 7.210/84, em se considerando os crimes cometidos pelo paciente, com longa pena a cumprir, o que, por certo, recomenda maior cautela na concessão das saídas extramuros.**

5. *Habeas corpus não conhecido.* (HC 264.160/RJ, Sexta Turma, Rel. Ministro Og Fernandes, DJe 20/05/2013), com destaques.

Não vislumbro, portanto, constrangimento ilegal na hipótese.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator